CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino retira sigilo de investigação sobre Dark Horse

Fonte original: ND Mais. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ND Mais (ndmais.com.br)
Autor	Larissa Ferreira
Data de publicação	13/09/2026 13:05
URL original	https://ndmais.com.br/justica/filme-dark-horse-dino-retira-sigilo-de-material-da-policia-de-sp-sobre-produtora/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Mário Frias, Flávio Dino, Karina Gama, André Mendonça, Jair Bolsonaro
Organizações	Complexsys, Polícia Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Supremo Tribunal Federal, Academia Nacional de Cultura (ANC), Secretaria de Segurança Pública de São Paulo
Data da coleta	06/10/2026 07:10
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 19:35
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo o despacho deliberado neste domingo, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo ICB (Instituto Conhecer Brasil), beneficiário de recursos oriundos de emendas parlamentares e presidido por Karina Gama, recebeu transferências de Mario Frias.

• Para a PF, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC indica a existência de um "circuito financeiro fechado".

• “Com efeito, o primeiro elemento revelador dessa unidade decorre da análise da movimentação financeira envolvendo a Complexsys, o ICB, a ANC e o Deputado Federal Mário Frias.

• Os dados de inteligência financeira indicam que a Complexsys, formalmente contratada pelo ICB para a execução de projetos custeados por recursos públicos, recebeu transferências diretamente realizadas pelo parlamentar e, paralelamente, efetuou devoluções financeiras ao próprio Instituto contratante.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / ND Mais

RESUMO

Neste domingo (13), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Flávio Dino, retirou o sigilo da investigação do caso Dark Horse que apura um suposto direcionamento de emendas parlamentares para o financiamento do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Buscando justificar o levantamento do sigilo feito neste domingo, Dino citou decisões recentes dos ministros André Mendonça e Edson Fachin, afirmando que há uma "viragem jurisprudencial em curso" na Suprema Corte sobre a publicidade de investigações.

Neste domingo (13), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Flávio Dino, retirou o sigilo da investigação do caso Dark Horse que apura um suposto direcionamento de emendas parlamentares para o financiamento do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Esta decisão alcança o material produzido pela Polícia Civil de São Paulo sobre a Go Up, produtora responsável pelo filme.

O magistrado determinou, ainda, que a SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública de São Paulo) entregasse à PF (Polícia Federal) todo o material bruto extraído de celulares apreendidos, além de aparelhos, computadores e documentos. O outro inquérito sobre o filme está sob relatoria do ministro André Mendonça.

Na decisão feita e já aceita neste domingo (13), Flávio Dino alega existir indícios de conexão entre os inquéritos e cita a hipótese investigativa de uma organização criminosa relacionada à captação, circulação e ocultação de recursos públicos. O magistrado também menciona uma linha de investigação que apura possíveis vínculos do grupo investigado com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital).

"Com efeito, no curso da investigação se fortalece a hipótese de imbricação indissociável em um sofisticado esquema de destinação e desvio de recursos públicos, com destaque para emendas parlamentares federais e para a Prefeitura de São Paulo. Essa organização alcançaria, inclusive, vínculos com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital), consoante linha investigativa mencionada nos autos", disse Fachin, no documento.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Entre os alvos da investigação de Flávio Dino estão a empresária Karina Gama, dona da Go Up, e o deputado federal Mario Frias (PL-SP), produtor executivo do longa e ex-secretário de Cultura do governo Bolsonaro.

Autorizados por Dino, a Polícia Federal cumpriu na última quinta-feira (10) 49 mandados de busca e apreensão no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, Ceará e Rio de Janeiro, durante a Operação Make Up.

De acordo com a PF, a investigação apura a atividade de uma suposta organização criminosa integrada por agentes públicos e privados e suspeita de direcionar recursos públicos obtidos por meio de emendas parlamentares para empresas contratadas de maneira irregular e sem comprovação de prestação dos serviços.

Segundo o despacho deliberado neste domingo, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo ICB (Instituto Conhecer Brasil), beneficiário de recursos oriundos de emendas parlamentares e presidido por Karina Gama, recebeu transferências de Mario Frias.

De acordo com a PF, Frias teria papel central na suposta estrutura investigada, além de repassar recursos de volta ao próprio ICB.

Sigilo levantado por Dino aponta "circuito financeiro fechado" entre deputado, empresa e entidades

O despacho menciona ainda que a empresa transferiu valores para a ANC (Academia Nacional de Cultura), organização sem fins lucrativos também presidida por Karina. Para a PF, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC indica a existência de um "circuito financeiro fechado".

Dino afirmou, no documento, que após analisar o material produzido pela investigação da Polícia Civil de São Paulo, os elementos indicam um possível “sofisticado esquema de destinação e desvio de recursos públicos”.

“Com efeito, o primeiro elemento revelador dessa unidade decorre da análise da movimentação financeira envolvendo a Complexsys, o ICB, a ANC e o Deputado Federal Mário Frias. Os dados de inteligência financeira indicam que a Complexsys, formalmente contratada pelo ICB para a execução de projetos custeados por recursos públicos, recebeu transferências diretamente realizadas pelo parlamentar e, paralelamente, efetuou devoluções financeiras ao próprio Instituto contratante. Além disso, repassou valores expressivos à ANC, organização da sociedade civil que não deveria ter fins lucrativos, e que se insere no mesmo ecossistema operacional", cita o despacho.

Segundo a Polícia Federal, o deputado teria mandado valores à empresa em montante apontado como incompatível com os seus rendimentos declarados.

"Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação", alega a representação da PF mencionada no despacho.

Buscando justificar o levantamento do sigilo feito neste domingo, Dino citou decisões recentes dos ministros André Mendonça e Edson Fachin, afirmando que há uma “viragem jurisprudencial em curso” na Suprema Corte sobre a publicidade de investigações.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

O magistrado citou ainda o risco de “vazamentos seletivos”, alegando que investigados em situações semelhantes devem receber o mesmo tratamento.

#dino Brasil Ceará Dark Horse Justiça Nacional Especial Notícia Política Rio de Janeiro
andré mendonça flávio dino polícia federal

Fonte original: https://ndmais.com.br/justica/filme-dark-horse-dino-retira-sigilo-de-material-da-policia-de-sp-sobre-produtora/ · Coletado em 06/10/2026 07:10 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.